



Gestão de Águas como Instrumento para o Desenvolvimento: Um Estudo no Semiárido Cearense

WATER MANAGEMENT AS AN INSTRUMENT FOR DEVELOPMENT:
A STUDY IN SEMIARID OF CEARÁ

Eva Regina do Nascimento Lopes¹

Trabalho de Conclusão de Curso da Turma 2012.2 do Curso de Graduação em Administração pela Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri. Enquadramento no Multidisco TCC: Tipologia: Monografia; Orientação: Prof^ª Dra. Suely Salgueiro Chacon. Depósito: Biblioteca da UFC Cariri, 2013.

Palavras-chave: Gestão de águas; Sub-bacia do Salgado; Desenvolvimento.

Key Words: Water management; Salgado sub-basin; Development.

O Sertão ou Semiárido é uma região que compõe mais oito estados brasileiros, além do Ceará, que são: Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. O termo semiárido se relaciona especialmente ao clima predominantemente seco na região. De acordo com o Ministério da Integração Nacional (2005) existem três características que foram importantes para a inclusão de mais municípios com esse tipo de clima, são elas: a precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e o risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Esses critérios fizeram com que a região passasse de 1.031 municípios para 1.133. Dessa forma, diante de um território onde a ocorrência cíclica da estiagem é naturalmente predominante, a devida gestão da água torna-se essencial para sua acessibilidade. Para Chacon (2007, p.176), “a água no sertão é o bem mais precioso. A nova gestão das águas promovida pela visão gerencial do Estado tem impactos profundos na vida do sertanejo”.

Assim, o principal objetivo desse trabalho é averiguar como o modelo cearense de gestão de recursos hídricos possibilita a acessibilidade à água, gerando desenvolvimento para a região. O estudo ocorreu no sul do Semiárido cearense, a partir da avaliação das ações da COGERH, que é a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do estado, especialmente na Gerência Regional da Sub-bacia do Salgado na cidade de Crato/CE.

Para resposta da problemática, então, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica e documental para melhor entender a gestão de águas na região. Nesse sentido, a gestão das águas inicia-se em contextos históricos e políticos das antigas civilizações. Desde a Roma Antiga já se pensavam e se ampliavam

¹ Graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. Atualmente é mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. E-mail: evaregina.nascimento@gmail.com.

mecanismos de gestão dos recursos hídricos para dar disponibilidade a esse bem. A França desenvolveu um modelo de gestão de águas no qual o Brasil também utilizou como base: uma gestão de águas definida de acordo com cada bacia hidrográfica; criação de comitês de bacia hidrográfica para que a gestão de águas envolvesse os diversos usuários, já que a água é um bem de domínio público; e a introdução do Princípio poluidor-pagador, a fim de se cobrar pelo uso da água, tendo em vista que a água gratuita levaria ao desperdício. O Brasil, então, definiu sua Política Nacional de Águas a partir da Lei 9.433/97, apresentando os fundamentos principais para a gestão das águas. Também surgiram órgãos para gestão de águas nos âmbitos federal e estadual, como o caso da Agência Nacional de Águas (ANA) e a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (COGERH). Importante citar que a legislação cearense é de 1992 (Lei 11.996), antecedendo a Política Nacional Brasileira.

A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos ou Companhia das Águas do estado do Ceará (COGERH) foi criada em 18 de novembro de 1993, através da Lei nº 12.217. A sua missão é gerenciar os recursos hídricos de domínio do estado do Ceará e da União, por delegação, de forma integrada, descentralizada e participativa, incentivando o uso racional, social e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população. A COGERH gerencia na Sub-bacia do Salgado 14 açudes, que no total perfazem uma capacidade de 448.608.527 m³. A gerência da Sub-bacia do Salgado, cujo escritório se localiza no município de Crato, foi instalada no mês de março do ano 2000. Suas principais atividades são o monitoramento quantitativo e qualitativo dos reservatórios; operação e manutenção das estruturas hídricas; dar apoio ao Comitê de Bacia; e dotar a sociedade de informações para promover a gestão participativa de águas. A gerência da sub-bacia é responsável pelo monitoramento de 53 poços e 2 fontes, além da gestão dos açudes, como foi citado.

Além das pesquisas bibliográfica e documental, como foi apresentado, também foram realizadas entrevistas com funcionários da Companhia de Águas da Gerência Regional do Crato, a fim de entender como ocorrem as ações da Companhia. Assim, verificou-se que a gestão da COGERH, tem atuado fortemente nas comunidades rurais, dando acessibilidade à água de forma participativa, conforme a Lei determina. Entretanto, observou-se que os desafios da gestão são muitos, tendo em vista a complexidade que envolve o gerenciamento da água, tanto por falta do conhecimento das legislações federais e estaduais, como pela falta da conscientização da finitude dos recursos hídricos por parte de muitos usuários da Sub-bacia. Além disso, é necessário citar que a COGERH, em sua atuação no interior do Ceará, vem mostrando que o acesso à água não só proporciona qualidade de vida, mas também movimenta a economia de muitas comunidades rurais. Um caso é o artesanato produzido a partir da taboa por um grupo de artesãs (a taboa é uma planta que cresce às margens dos açudes ou rios e que se torna um tipo de artesanato trançado); outro exemplo é a realização de algumas feiras agroecológicas realizadas por pequenos produtores rurais que recebem o apoio da COGERH.

Por fim, foi possível concluir que a atuação da COGERH na Sub-Bacia do Salgado tem feito uma gestão voltada para o desenvolvimento da região, pois além de disponibilizar a água a comunidades, tem incentivado ao uso adequado dos recursos hídricos além de promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades, atendendo assim aos preceitos do desenvolvimento regional sustentável.

REFERÊNCIAS

- BNDES. Bacias hidrográficas: nova gestão de recursos hídricos. Brasília: BNDES, 1998. Disponível em: <[http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontro s/i_en/mesa3/3.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontro%20s/i_en/mesa3/3.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2012.
- BRASIL. Lei das Águas: Lei nº9.433, de 08 de janeiro de 1997. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/Institucional/Legislacao/leis/lei9433.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2012.
- CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira; FRACALANZA, Ana Paula. Governança de águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. *Revista Ambiente & Sociedade*. v. 18, n. 2, p.365-382, jul/dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13_n2a10.pdf>. Acesso em: 18 maio 2012.
- CAMPOS, Nilson. Gestão de águas: novas visões e paradigmas in CAMPOS, Nilson; STUDART, Ticiania (Orgs.). *Gestão de águas: princípios e práticas*. Porto Alegre: ABRH, 2003a.
- _____. Política de águas in CAMPOS, Nilson; STUDART, Ticiania (Orgs.). *Gestão de águas: princípios e práticas*. Porto Alegre: ABRH, 2003b.
- _____. O Modelo Institucional in CAMPOS, Nilson; STUDART, Ticiania (Orgs.). *Gestão de águas: princípios e práticas*. Porto Alegre: ABRH, 2003.
- CEARÁ. Política Estadual de Recursos Hídricos: Lei nº11.996, de 24 de julho de 1992. Disponível em: <<http://portal.cogerh.com.br/Categoria3/legislacao-estadual/leis/lei-no-11-996-de-24-de-julho-de-1992/view>>. Acesso em: 21 maio 2012.
- CHACON, Suely Salgueiro. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- GARJULLI, Rosana. *Oficina temática: gestão participativa dos recursos hídricos – relatório final*. Aracaju: PROÁGUA/ANA, 2001.
- SHIVA, Vandana. *Guerras por água: privatização, poluição e lucro*. São Paulo: Radical Livros, 2006.